

25 TESES HISTÓRICAS SOBRE O ESTADO E O ESTADO-NAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas para o curso de Teoria do Estado, do
Mestrado Profissional em Gestão Pública da
EAESP, 10 de setembro de 2013.

Estes princípios pretendem constituir uma teoria histórica do Estado e ser uma alternativa à teoria contratualista. Esta foi uma teoria útil quando surgiu porque validou, legitimou do ponto de vista ideológico, a transformação dos súditos em cidadãos, sendo, portanto, ingrediente da teoria histórica, mas ela própria não tem base na realidade histórica, nem tem condições de explicar a evolução política das sociedades modernas ou capitalistas, ou seja, não dá conta do desenvolvimento político que vem efetivamente ocorrendo desde a revolução capitalista.

Pressupostos

1. Os homens são guiados por suas necessidades inatas ou por seus instintos de (a) sobrevivência, (b) convivência, e (c) justiça.
2. Apenas os homens são animais racionais, mas, além de racionais eles são, como muitos outros animais, sociais: necessitam viver em grupo.
3. Para tornarem os comportamentos previsíveis de todos razoavelmente previsíveis e poderem conviver socialmente, os homens definem as instituições básicas regras de convivência ou normas sociais.
4. Nas sociedades primitivas, onde a produtividade não permite a geração de um excedente regular ao consumo necessário, as instituições normativas são a tradição e a religião. Nelas não há a guerra de todos contra todos, suposta por Hobbes, mas um elevado grau de cooperação interno ao clã ou à tribo.

Estado antigo

5. No momento em que passa a haver a geração de um excedente econômico regular, as sociedades primitivas dão lugar às sociedades escravistas e depois feudais, nas quais uma oligarquia constitui um Estado para se defender dos inimigos externos, regular as relações sociais, e se apropriar privadamente desse excedente.
6. Os grandes impérios escravistas da antiguidade usarão como instituições normativas ainda a tradição, mais religião e, agora, uma terceira instituição: o Estado antigo, ou seja, a lei (norma dotada de coercitividade) e a organização militar e patrimonialista que garante de maneira soberana a lei.
7. Não se pode, portanto, afirmar que o Estado surgiu de um “contrato social”,

como pretendeu a teoria contratualista do Estado, na medida em que um verdadeiro contrato implica liberdade de contratar e justiça comutativa.

8. A lei do Estado Antigo ou *lei oligárquica* não é, tampouco, uma “lei natural”, como supõe a teoria orgânica do Estado; é simplesmente a lei dotada de *legitimidade* do Estado antigo que a sua oligarquia logra impor com êxito à sociedade com o apoio da religião.
9. A legitimidade da lei oligárquica depende (a) da *segurança* que garante aos súditos (a qual atende minimamente a sua necessidade de sobrevivência); (b) do grau de *desequilíbrio de forças* entre a oligarquia e o restante da sociedade – o povo; e (c) da *capacidade de persuasão* desta oligarquia de que sua lei atende minimamente ao instinto de justiça dos homens – persuasão esta para a qual a religião oficial é um poderoso instrumento.
10. Cada oligarquia busca constituir um império – a unidade político territorial própria das sociedades escravistas.
11. De acordo com Ernest Gellner, o império antigo é constituído de uma oligarquia central, dona de uma cultura superior, e de colônias que devem simplesmente pagar impostos ao centro imperial. Não interessa à cultura superior se impor à cultura inferior das colônias.
12. O “objetivo político” do Estado Antigo é apenas o da segurança.
13. Quando um império poderoso e longevo como foi o Império Romano entrou em crise, abriu-se espaço para a descentralização do poder e a formação do sistema feudal, caracterizado por pequenos estados informais.

Surge do Estado Moderno

14. O Estado Moderno surge juntamente com o Estado-nação, no quadro do momento final da revolução capitalista – o da revolução nacional e industrial. Na medida em que a sociedade se torna capitalista, o mercado se soma ao Estado como instituição coordenadora das sociedades enquanto que a religião perde força. E a apropriação do excedente deixa de derivar da força ou do controle direto do Estado, para se realizar no mercado, através do lucro.
15. Ao completar-se a revolução capitalista em cada Estado-nação com a revolução industrial, configura-se o processo histórico do *desenvolvimento econômico*, um processo de aumento dos padrões de vida da população no qual o reinvestimento dos lucros com incorporação de progresso técnico passa a necessariamente ocorrer porque, a partir de então, a sobrevivência de cada empresa capitalista passa disto depender.
16. A partir desse momento o Estado-nação passa a ter como objetivo, além da segurança, a liberdade individual e a melhoria dos padrões de vida. E, por isso, a integração de toda a sociedade em uma única nação se torna uma característica que distingue o Estado-nação do império antigo.
17. A partir da revolução capitalista a correlação de forças entre a oligarquia e a sociedade organizada politicamente sob a forma de nação ou de sociedade civil começa a mudar *endogenamente*, primeiro, em favor da burguesia, apoiada nas

ideologias do nacionalismo e do liberalismo, e, depois, em favor das classes populares, apoiadas nas ideologias da democracia e do socialismo, e, mais recentemente, do ambientalismo.

18. Através do desenvolvimento político o conhecimento deixa de ser prerrogativa da oligarquia para se tornar da burguesia também, e, em seguida, deixa de ser apenas da burguesia, para ser da classe profissional (que, somados, constituem, agora, os ricos) ao mesmo tempo em que e cada vez mais o restante da sociedade – os pobres ou o povo – também aumentam gradualmente seu conhecimento através da educação pública tornada necessária para o desenvolvimento econômico e a competição entre os Estados-nação.
19. Nesse processo de desenvolvimento político, os súditos se transformam em cidadãos, a oligarquia se transforma de governo dotado de crescente legitimidade, o Estado Antigo se transforma no Estado Absoluto (que passa a buscar a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico), este, no Estado Liberal (que passa a buscar a liberdade individual no quadro do império da lei), e este no Estado Democrático que buscará adicional e sucessivamente a justiça social e a proteção do ambiente.
20. Enquanto no Estado Antigo e nos respectivos impérios havia apenas um objetivo político, o da segurança, a partir da revolução capitalista, no Estado Moderno e nos respectivos Estado-nação, novos objetivos passam a ser acrescentados um a um – autonomia nacional, bem-estar, liberdade individual, justiça social, e proteção do ambiente – na medida em que, endogenamente, ocorre o desenvolvimento econômico, e o excedente econômico aumenta e passa a ser gradualmente repartido.
21. A cada um destes objetivos corresponderá uma ideologia – nacionalismo, liberalismo, socialismo, e ambientalismo.
22. Na medida em que ocorre o desenvolvimento econômico e político, a correlação de poder e de apropriação do excedente vai gradualmente favorecendo os pobres em relação aos ricos.
23. Este processo de distribuição de poder (democratização) e de distribuição de renda (socialização) não é harmônico, mas contraditório, baseado no conflito e na cooperação.
24. O instrumento que ricos e pobres utilizam nesse processo contraditório de definição de objetivos e ideologias, repartição de poder e de renda, é a *política* – um processo deliberado e contraditório de argumentar e fazer compromissos (*compromises*) para governar ou influenciar o governo.
25. Embora o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político sejam endógenos nas sociedades capitalistas, através da política os homens e mulheres exercem a sua vontade e, gradualmente, mudam sua sociedade e seu Estado que deixam de ser apenas o reino da necessidade para ser também o da liberdade.

Teorias do Estado

De acordo com o critério relação da sociedade com o Estado

Teoria Marxista (original e moderna)

Teoria Liberal ou Pluralista

De acordo com a origem do poder

Histórica (ou orgânica)

Contratualista ou racionalista